

Organizações, Coalizões e Movimentos

Entre suas inúmeras contribuições para o estudo dos movimentos sociais, Charles Tilly proporcionou aos que se dedicam ao tema aquela que é provavelmente a definição mais conhecida de seu objeto de análise:

uma série sustentada de interações entre detentores de poder e pessoas que reivindicam, com sucesso, falar em nome de uma clientela [*constituency*] carente de representação formal, no curso da qual tais pessoas apresentam demandas, publicamente visíveis, por mudança na distribuição ou no exercício do poder, respaldando essas demandas com demonstrações públicas de apoio (TILLY, 1994, p. 1-30).¹

Recentemente, entretanto, a referência aos “movimentos sociais” perdeu centralidade em seu esquema analítico. O programa de pesquisa sobre a dinâmica da contenda (*Dynamics of contention*) invoca uma reorientação da agenda de estudos sobre o movimento social no sentido da identificação de mecanismos que podem ser encontrados em operação em episódios e formas altamente diferenciadas de política contenciosa (McADAM, TARRROW e TILLY, 2001). Os partidários dessa reorientação veem os movimentos sociais como uma forma particular de participação política (TILLY, 2003,

¹ Do original “Organizations, coalitions and movements”, publicado na revista *Theory and Society* (volume 33, número 3, 2004). Agradecemos a permissão concedida por *Theory and Society* e por *Springer* para publicar esta tradução. Traduzido por André Villalobos.

p. 248) ou, intercambiavelmente, como vastos episódios de contenda – em conjunção com democratização, nacionalismo e revolução – de cuja análise podem-se extrair mecanismos sociais específicos (McADAM, TARROW e TILLY, 2001).

Há várias boas razões para não tratar os “movimentos sociais” como um conjunto distinto de fenômenos, ou para postular que deve haver subcampos intelectuais específicos dedicados a estudá-los de modo exclusivo. Com efeito, todo o desenvolvimento do campo reflete a recorrente fertilização cruzada com as áreas de pesquisa adjacentes, aí incluídos os estudos de sindicatos, ação voluntária, nacionalismo, e muitos outros. Todavia, há também riscos associados a prescindir inteiramente do conceito de movimento social, focalizando ao invés disso outros mecanismos e processos, tais como recrutamento individual, produção cultural ou construção de identidade², que podem contribuir para nossa explicação de episódios de contenda específicos, convencionalmente denominados “movimentos sociais”. Embora simpatizemos amplamente com a abordagem baseada em mecanismo (DIANI, 2003c, p. 109-112), defendemos ser possível referir-se a movimentos sociais como processos sociais distintos em si mesmos, mais propriamente do que como “fenômenos” ou mesmo “episódios”.

Neste artigo, mostramos como uma perspectiva de rede diferencia os movimentos sociais de outros casos de ação coletiva e de realização de campanhas. Partimos de uma definição de movimentos sociais como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992, p. 13). Usamos essa definição para desenvolver uma tipologia de formas de ação coletiva. Em seguida, ilustramos seu poder heurístico por meio da análise de organizações cívicas em duas cidades britânicas, Bristol e Glasgow. Em particular, buscamos identificar diferentes dinâmicas no interior de redes de organizações de cidadãos nessas cidades, procedendo aos seguintes passos: identificação dos padrões de aliança, isto é, da estrutura de colaborações entre organizações em um dado momento; busca de indicadores de identidade coletiva, explorando a continuidade da colaboração ao longo do tempo e a extensão do reconhecimento mútuo, refletidas na participação simultânea em múltiplas

² Ou, em linguagem de Ddc, “competição”, “mudança de identidade”, “espirais de oportunidades”, para mencionar apenas alguns (McADAM, TARROW e TILLY, 2001, p. 252-253).

organizações; avaliação da natureza conflituosa das interações que ocorrem na rede. Ao longo do artigo, evitamos deliberadamente qualquer referência a propriedades substantivas das organizações, assim como à relação entre tais propriedades e as estruturas de rede. Nosso interesse focaliza-se na identificação de diferentes processos de rede no interior de cenários locais específicos.

Conflitos, redes e identidades

Podemos captar diferenças importantes entre processos de movimento social e outros processos de ação coletiva – incluindo coalizões concorrentes, campanhas voluntárias a respeito de objetivos coletivos amplamente compartilhados, ação organizacional – ao considerar os movimentos sociais como uma posição em um espaço analítico definido por três dimensões:

- presença ou ausência de orientações para o conflito com oponentes claramente identificados;
- trocas informais densas ou esparsas entre indivíduos ou organizações engajadas em projetos coletivos;
- identidade coletiva forte ou fraca entre os membros dessas redes.

Em particular, vemos os *processos de movimento social* como exemplos de ação coletiva com clara orientação para o conflito com relação a oponentes sociais e políticos específicos, conduzida no contexto de densas redes interorganizacionais, por atores ligados por solidariedades e identidades compartilhadas que precedem e sobrevivem a coalizões e campanhas específicas (DIANI, 2003a; DIANI, 2003b, p. 200-319). Em primeiro lugar, a experiência dos movimentos sociais está inextricavelmente ligada à expressão pública de um conflito social. A ação coletiva não somente se orienta para o trato de problemas coletivos, para corrigir injustiças, conquistar bens públicos, atacar fontes de descontentamento, ou expressar apoio a certos valores ou princípios morais; ela o faz identificando alvos para os esforços coletivos, especificamente articulados em termos sociais ou políticos. Ela pode estar associada com movimentos sociais (embora não somente com eles) na medida em que questiona o comportamento ou a legitimidade de atores sociais ou políticos específicos, e não a de indivíduos singulares ou da humanidade tomada como um todo, nem a atribuição das causas dos problemas a expli-

cações não-humanas, desde desastres naturais até a intervenção divina³.

Em segundo lugar, a presença de densas redes interorganizacionais informais diferencia os processos de movimento social das inumeráveis instâncias em que a ação coletiva ocorre e é coordenada principalmente no interior de organizações específicas (MELUCCI, 1989; MELUCCI, 1996). Um processo de movimento social está presente na medida em que atores, tanto individuais como organizados, mantendo sua autonomia e independência, engajam-se em trocas sustentadas de recursos na busca de objetivos comuns. A coordenação de iniciativas específicas, a regulação das condutas dos atores individuais e a definição de estratégias são todas dependentes de negociações permanentes entre os indivíduos e as organizações envolvidos na ação coletiva. Nenhum ator organizado singular, independentemente do quão poderoso ele seja, pode pretender representar um movimento como um todo. Uma importante consequência do papel da dinâmica de rede é o surgimento de mais oportunidades para que indivíduos de grande habilidade ou altamente comprometidos exerçam um papel independente no processo político, diferentemente do que seria o caso quando a ação se concentra no interior de organizações formais.

Finalmente, a identidade coletiva é essencial, pois um movimento não pode ser reduzido a algum evento ou campanha em particular, nem a uma coalizão específica, independentemente de quão importante é o seu perfil ou impacto. De fato, um processo de movimento social ocorre quando se desenvolvem identidades coletivas que vão além de campanhas e iniciativas específicas. A identidade coletiva é um processo fortemente associado com reconhecimento e com a criação de conectividade (PIZZORNO, 1996, p. 107-132). Ele traz consigo um sentimento de propósito comum e de comprometimento compartilhado com uma causa, o que possibilita que ativistas individuais e organizações enxerguem a si mesmos como inextricavelmente ligados a outros atores, não necessariamente idênticos, mas certamente compatíveis, em uma mobilização coletiva mais ampla (TOURAINÉ, 1981). A identidade coletiva também habilita os atores a estabelecer conexões entre diferentes ocorrências, privadas e públicas, situadas em diferentes pontos no espaço e no tempo – que sejam relevantes para sua experiência e que, sob circunstâncias diferentes, poderiam ter sido concebidas como em grande

³ Sobre essas questões, ver, entre muitos outros: Gamson (1992, p. 53-76) e Melucci (1996, parte I).

parte independentes umas das outras –, e a combiná-las em narrativas mais amplas e abrangentes (MELUCCI, 1996; CASTELLS, 1997). Como consequência, os atores individuais e organizacionais envolvidos na ação coletiva não mais perseguem apenas objetivos específicos, mas passam a se enxergar como elementos de processos de mudança – ou de resistência à mudança – muito mais amplos e abrangentes. No interior das redes de movimentos sociais, os critérios de participação são extremamente instáveis e dependem, em última instância, do reconhecimento mútuo entre os atores; a atividade de definição de fronteiras – isto é, de definir quem faz e quem não faz parte da rede – efetivamente exerce um papel central no surgimento e na formação da ação coletiva (MELUCCI, 1996, cap. 3).

O exame das diferentes combinações das três propriedades listadas anteriormente nos permite contrastar os movimentos sociais com outros processos de ação coletiva. Aqui, focalizamos cinco delas (Tabela 1)⁴, tendo em mente que nenhum episódio empírico de ação coletiva – os casos que definimos convencionalmente como “movimentos ambientalistas”, “movimentos de solidariedade”, “movimentos de portadores de deficiências”, ou similares – corresponde inteiramente a nenhum dos tipos apresentados aqui. Em contraste, podemos normalmente detectar mais de um processo em qualquer caso empírico de ação coletiva. A exploração de como tais processos interagem representa um passo fundamental da análise.

Tabela 1 – Uma tipologia dos processos de ação coletiva

Redes informais densas vs. esparsas	Identidade de rede vs. Identidade organizacional	Ação conflituosa vs. Ação consensual	
		Ação conflituosa	Ação consensual
Redes informais densas	Forte identidade de rede	Movimento social	Movimento de consenso
Redes informais densas	Fraca identidade de rede	Coalizão conflituosa	Coalizão de consenso
Redes informais esparsas	Fraca identidade de rede	Organização conflituosa	Organização de consenso

⁴ A combinação das três variáveis dicotômicas gera, de fato, oito casos possíveis. Neste momento, ignoramos aqueles tipos em que uma forte identidade de movimento combina-se com redes informais esparsas, isto é, com um estilo de ação coletiva conduzida principalmente no interior de organizações. Sua capacidade de captar exemplos empíricos de ação coletiva nos parece limitada.

Processos de movimentos de consenso

Redes de coalizão e identidades caracterizam, ambas, os movimentos de consenso⁵, na medida em que os atores compartilham solidariedade e uma interpretação do mundo, possibilitando-lhes encadear atos e eventos específicos em uma perspectiva de mais longo prazo. Contudo, nesse caso, a ação coletiva sustentada não inclui um elemento conflituoso. Bens coletivos são muitas vezes produzidos por meio de esforços cooperativos que não implicam nem exigem a identificação de adversários específicos que estivessem buscando reduzir os recursos e oportunidades de um grupo ou obstando as chances de expandi-los. Os problemas a serem enfrentados podem ser atribuídos a desastre natural, má sorte ou – quando se trata de um erro humano – a falta de informação, de habilidade ou de educação, ao invés de a esforços sistemáticos e concertados de um grupo para iludir os outros. As soluções prospectadas podem não requerer redistribuição de poder nem alterações na estrutura social, mas focalizar, ao invés disso, o fornecimento de serviços, auto-ajuda, empoderamento pessoal ou da comunidade. Da mesma forma, a prática e a promoção de estilos de vida alternativos não precisam incluir a presença de oponentes definidos em termos sociais e políticos. Os atores coletivos podem combater adversários etéreos, que variam desde o mau gosto ou o gosto convencional, no caso dos movimentos estilísticos no campo artístico, até o “inimigo interior”; no caso de alguns movimentos religiosos, sem necessariamente responsabilizar quaisquer atores sociais pelo estado de coisas que eles pretendem modificar.

Processos de coalizão conflituosos

Nestes casos, os atores coletivos estão densamente conectados entre si em termos de alianças, e podem identificar oponentes de modo explícito, mas essas alianças não se apoiam em fortes vínculos de identidade. As redes de atores que se mobilizam em função de um objetivo comum assumem um caráter puramente contingente e instrumental. A mobilização de recursos e a atividade de campanha, nesse caso, são conduzidas principalmente por meio de intercâmbios e da soma de recursos de grupos e organizações dis-

⁵ Consideramos os movimentos de consenso como formas de ação coletiva que “se distinguem de movimentos de conflito em termos do grau em que cada um deles se reconhece e atua em oposição a interesses sociais objetivos e busca, de forma direta e detalhada, alterar uma política social” (LOFLAND, 1989, p. 163). Preferimos esta definição analítica a outras que simplesmente tomam a proporção de pessoas defendendo uma causa como o elemento definidor (McCARTHY e WOLFSON, 1992, p. 274).

tintos. Estes últimos, mais propriamente do que as redes, constituem a fonte principal das identidades e lealdades dos participantes. Uma vez encerrada uma batalha específica, não é necessário que haja nenhum legado de longo prazo no que diz respeito à identidade e solidariedade, nem tampouco que haja tentativas de ligar a campanha específica a um arcabouço mais amplo. Sendo esse o caso, as redes são, então, puramente expressões de processos de coalizão, nos quais os atores compartilham recursos de maneira instrumental com vistas a alcançar objetivos específicos, mas não desenvolvem, durante o processo, qualquer sentimento particular de pertencimento e de futuro comum (HINCKLEY, 1981, p. 4-5; LÉMIEUX, 1997, p. 55-72)⁶. Uma vez que os atores tenham alcançado seus objetivos – ou tenha ficado claro que não podem alcançá-lo – o processo de coalizão se encerra sem qualquer outro vínculo prático ou ideacional entre as partes nele envolvidas.

Processos de coalizões de consenso

Considerações similares aplicam-se aos casos em que os recursos são combinados para a busca de objetivos práticos específicos, ainda que sem uma narrativa que situe os distintos episódios em arcabouços mais amplos, e sem que se desenvolvam identidades mais abrangentes a partir da ação. Todos os casos de organizações engajadas na formação de densas redes para produzir bens coletivos, para dedicar-se a problemas práticos, para facilitar a difusão de certos estilos de vida ou práticas culturais, sem identificar quaisquer alvos sociais ou políticos, podem proporcionar ilustrações deste processo específico. Por exemplo, coalizões promovidas por organizações humanitárias transnacionais não-governamentais para enfrentar crises particulares em algumas regiões do mundo agem usualmente sem envolver-se em conflito ou competição com nenhum oponente específico; o mesmo ocorre muitas vezes com organizações voluntárias, trabalhando sobre questões de exclusão social, quando unem forças para tratar de questões nacionais específicas, tais como a dos sem-teto em condições de frio intenso no inverno, ou as emergências causadas por forças naturais como enchentes, terremotos, e outras do gênero⁷.

⁶ Naturalmente, nada impede que uma dinâmica de coalizão evolua para uma dinâmica de movimento social (ver, por exemplo, WARREN, 2001, p. 169-182). Não obstante, continua sendo importante reconhecer a diferença analítica entre os dois processos.

⁷ Ver, por exemplo, Kaldor (2001, p. 109-145).

Processos organizacionais conflituosos

Neste modelo, é baixa a densidade de redes agregando os diferentes atores e fracos os vínculos de identidade entre eles. A ação coletiva se desenvolve em grande medida no interior de organizações específicas, ou seja, na forma de interações intencionais estáveis entre unidades individuais ou coletivas, com alguns critérios de participação estabelecidos e alguns mecanismos padronizados de coordenação e regulação interna⁸. Tais organizações podem apresentar graus diferentes de formalização e radicalização, variando desde partidos revolucionários, como no caso dos nazistas ou dos bolcheviques, até partidos reformistas como os de tradição trabalhista ou democrata-cristão, desde associações relacionadas à Igreja até grupos de interesse públicos ou privados, desde organizações voluntárias até grupos informais de base popular. Quaisquer que sejam suas formas específicas, a mobilização de recursos e as atividades de campanha serão conformadas pelas normas e procedimentos estabelecidos no interior das organizações interessadas em questões determinadas. Os atores com legitimidade para promover mobilizações serão os que o fazem por meio das organizações, e haverá poucas oportunidades para que os indivíduos exerçam qualquer papel, a menos que sua participação se faça mediada por organizações específicas. As organizações competirão para adquirir o pleno controle de suas questões ou, pelo menos, para assegurar-se nichos distintos.

Processos organizacionais consensuais

Estes processos diferem de outros processos organizacionais em virtude da falta de um elemento conflituoso. Eles são mais bem ilustrados pelos inúmeros casos em que serviços ou outros bens públicos são produzidos no interior de organizações específicas com baixa prevalência de estabelecimento de redes e trocas interorganizacionais. A maioria das organizações voluntárias parece operar segundo essa lógica na maior parte do tempo. O foco em objetivos não controversos ou na distribuição de serviços pode frequentemente – se não necessariamente – resultar em um padrão de ação em que os vínculos mais importantes são os estabelecidos com representantes e órgãos públicos responsáveis por áreas específicas de política pública ou,

⁸ Esta definição é muito próxima daquilo que Scott (1987, p. 10), classicamente, refere como a perspectiva do sistema racional, segundo a qual "organizações são coletividades orientadas para a busca de objetivos relativamente específicos e que apresentam estruturas sociais altamente formalizadas".

eventualmente, com patrocinadores privados. Forte dependência de instituições, competição com outras organizações ou, inversamente, pronunciada divisão do trabalho, podem, todas elas, contribuir para reduzir a relevância da construção de alianças entre atores voluntários⁹.

Antes de ilustrar de que forma diferentes processos podem ser identificados em episódios específicos de ação coletiva em âmbito local, é aconselhável tratar primeiramente de algumas das ambiguidades e mal-entendidos que podem ser suscitados pela própria ênfase nas definições. Para começar, insistir no conflito como um traço distintivo dos movimentos não precisa compelir os analistas dos movimentos sociais a afastar-se da investigação daqueles casos de ação coletiva nos quais seja difícil identificar um conflito, como os orientados à mudança pessoal e os focalizados em alguma espécie de ajuda ou assistência a uma coletividade desfavorecida. Tanto a dinâmica conflituosa como a consensual pode ser encontrada no interior dos mesmos fenômenos gerais. Embora a ação voltada para a questão ambiental, por exemplo, apresente muitas vezes um elemento conflituoso, pode aproximar-se de um processo de movimento consensual quando assume a forma de esforços coletivos sustentados, envolvendo uma variedade de grupos e organizações, buscando proteger o meio-ambiente através do trabalho voluntário, ou transformar a consciência ambientalista através da educação. O mesmo frequentemente se aplica àqueles episódios de ação coletiva usualmente referidos como movimentos de solidariedade. Nesses casos, uma identidade coletiva ampla pode muito bem reunir pessoas, organizações, eventos e iniciativas em importantes projetos coletivos de longo prazo, transcendendo os limites de qualquer organização ou campanha específica, mas o espaço para dinâmicas conflituosas pode variar substancialmente¹⁰.

A ênfase na peculiaridade dos movimentos como redes informais tampouco dispensa os teóricos de movimentos de analisar organizações específicas, como sugerem alguns críticos (PICKVANCE, 1995, p. 16). Em vez disso, ela os obriga a reconhecer explicitamente, pela elaboração de conceitos específicos, a distinção entre processos de movimento e processos organizacionais. Ao invés de considerar grupos tão diversos como o *Common Cause* ou o Partido Nazista como “movimentos”, aplicando a eles o mesmo rótulo utilizado para redes ou organizações múltiplas, será importante usar uma

⁹ Ver, por exemplo, Kendall e Knapp (1966).

¹⁰ Ver, por exemplo, Osti (1998) e Giugni e Passy (2001).

definição rigorosa de movimento para identificar, no interior de cada um deles, a co-presença e a interação tanto dos processos de movimento como dos processos organizacionais (burocráticos). Reconhecer tais diferenças nos permite, por exemplo, melhor especificar a distinção entre o partido nazista e o movimento nazista, e explorar a interação entre os dois processos. Poderíamos mapear a extensão e a forma dos vínculos que interconectaram as várias organizações de direita e paramilitares que, no final dos anos 1910 e 1920, proporcionaram a espinha dorsal do que viria a se tornar o partido nazista (ANHEIER, 2003, p. 49-74). Poderíamos então documentar como o NSDAP (Partido Nacional Socialista) e as organizações mais diretamente ligadas a ele vieram a exercer um papel crescentemente central na rede de direita. Poderíamos também esclarecer como os vínculos formais entre o partido, seus membros individuais e suas organizações colaterais vieram a substituir quase totalmente os laços informais entre eles, através (a) da definição de critérios formais de participação no partido e (b) da dominação do partido sobre qualquer outra organização, inclusive a SS. Longe de impedir-nos de analisar movimentos que em grande medida se superpõem a uma organização específica, a compreensão de um movimento como uma rede informal de vários indivíduos e organizações nos ajudaria a identificar a tensão entre a dinâmica de movimento e a dinâmica organizacional no interior de casos empíricos complexos de ação coletiva e, possivelmente, a delinear sua evolução ao longo do tempo¹¹.

É também importante lembrar que associar movimentos com uma identidade coletiva específica não implica nenhuma pressuposição sobre a homogeneidade dos atores que compartilham essa identidade¹². Temos uma identidade de movimento social na medida em que grupos ou indivíduos se sintam parte de uma coletividade, mobilizados para apoiar ou opor-se à mudança social; que identifiquem elementos compartilhados em suas experiências passadas, presentes e futuras; e que outros atores sociais ou políticos sejam tidos por responsáveis pelo estado de coisas que está sendo contestado. A inclusividade ou exclusividade de uma identidade coletiva específica será inclusiva ou exclusiva; o grau em que os detentores dessa identidade

¹¹ Uma lógica de investigação que, incidentalmente, pode também ser convenientemente aplicada à formação de muitos partidos contemporâneos: ver Panebianco (1988) e Hedström, Sandell e Stern (2000, p. 145-172).

¹² Conforme sugeriu, entre outros, Rootes (2000, p. 26-61).

compartilham um ou vários traços; a variação de comportamentos e estilos de vida que estarão associados a essa identidade, todas essas são questões empíricas que podem encontrar respostas totalmente distintas em diferentes contextos. Os movimentos radicais de esquerda dos anos 1970, na Itália, por exemplo, parecem ter sido mais homogêneos (embora longe de totalmente homogêneos), em termos das orientações e estilos de vida de seus membros, do que o movimento ambientalista que os seguiu nos anos 1980 (LUMLEY, 1990; DIANI, 1995). No mínimo, uma forte similaridade entre indivíduos e organizações que compartilhem a mesma identidade exclusiva tenderá a corresponder a casos em que a dinâmica de movimento tende a ser fraca, como ocorre com partidos de massas (o já mencionado NSDAP, constituindo um exemplo excelente) ou seitas religiosas, nas quais a dinâmica de movimento acaba quando os membros da seita se recusam a reconhecer qualquer terreno comum com as pessoas que subscrevem outros cultos.

Trocas, identidade e conflito nas redes de cidadãos

O estudo

Neste estudo, procuramos processos de ação coletiva no interior de redes de organizações que se mobilizam em torno de questões ambientais, étnicas, comunitárias, e relativas a minorias e à exclusão social. Essas organizações proporcionam uma unidade particularmente interessante para a análise dos processos de construção de coalizões e de redes interorganizacionais: elas são distintas o bastante para funcionar de maneira independente, mas têm áreas de convergência potenciais suficientes para tornar alianças intersetoriais uma opção viável (por exemplo, em questões como as das relações Norte-Sul, da paz, dos refugiados, da decadência urbana, do racismo etc.). Entre 2001 e 2002, realizaram-se entrevistas face-a-face com representantes de 124 organizações em Glasgow e 134 em Bristol. Estas incluíram tanto seções locais de organizações nacionais do Reino Unido (em Glasgow, também organizações abrangendo toda a Escócia) como grupos locais independentes, com variável grau de formalização e burocratização. Foram contatadas todas as organizações que exerciam um papel abrangente nas cidades¹³; no que

¹³ Há fortes razões para acreditar que, com exceção de uma organização étnica em Bristol, todas as organizações de maior centralidade nas duas cidades foram contatadas. Embora muitas outras organizações, não incluídas entre as entrevistadas, tenham sido mencionadas pelos respondentes, nenhuma delas recebeu mais do que três menções (os 10% de organizações mais centrais nas duas cidades foram mencionados sete ou mais vezes pelos membros de outras redes).

diz respeito às organizações comunitárias, em vez de tomar uma pequena amostra do conjunto da cidade, os esforços se concentraram em duas áreas, ambas relativamente desfavorecidas¹⁴.

Pediu-se aos respondentes que identificassem até cinco dos mais importantes parceiros em alianças. Solicitou-se também que identificassem qualquer colaboração adicional importante com grupos pertencentes a qualquer das seguintes categorias: organizações ambientalistas, organizações étnicas, organizações comunitárias, igrejas, partidos políticos, sindicatos e outros grupos de interesse econômico, outras organizações voluntárias, e outras organizações. Os dados resultantes, sobre alianças, não deveriam ser tratados como uma lista dos grupos com os quais nossos respondentes realizavam intercâmbios com mais frequência ou mais intensamente em termos objetivos, mas daqueles que eles percebiam como seus aliados mais importantes na época das entrevistas. Consequentemente, a matriz de alianças, que representa a base de nossa análise, é mais bem interpretada como um indicador de proximidade do que de objetiva intensidade de intercâmbio. Em outras palavras, ela reflete a forma pela qual as organizações percebem seu espaço social e identificam seus contatos mais relevantes no interior desse espaço.

Alianças interorganizacionais

A densidade total da rede de alianças dos 124 atores em Glasgow é 0,023, correspondente a 2,3% do número total de conexões possíveis entre as organizações entrevistadas. Em Bristol, a densidade relativa aos 134 atores é levemente mais baixa, situando-se em 0,016 (1,6% das conexões possíveis). Embora apenas uma proporção muito pequena das conexões possíveis esteja ativada em ambas as cidades, não é fácil discernir como as colaborações interorganizacionais se combinam em padrões de rede mais amplos. Um processo de agrupamento (*clustering*)¹⁵ nos permite simplificar as estruturas

¹⁴ Estas foram a região Sul de Glasgow, uma área com massiva presença histórica de classe operária, incluindo áreas contíguas como Govan, Govanhill, Gorbals e Pollokshields; e a região de Bristol que inclui as áreas contíguas de Easton, Knowles, Withywood e Hartcliffe, que apresentam uma forte presença de minorias étnicas.

¹⁵ Usamos o *Concor*, um procedimento desenvolvido por Breiger, Boorman e Arabie (1975, p. 328-383). Muitos apontaram a natureza ambígua da computação por meio da qual o *Concor* gera sua partição de uma rede, entre eles, de maneira mais vigorosa, Wassermann e Faust (1994, p. 380-381). Todavia, também foi observado como tal procedimento tende substantivamente a gerar resultados interpretáveis (KNOLE e KUKLINSKI, 1982, p. 74), e como seus resultados são mais problemáticos no caso de

e reduzi-las, em ambos os casos, a três blocos de organizações, que ocupam a mesma posição estruturalmente equivalente: isto é, identificando os mesmos atores na rede assim como seus aliados mais próximos¹⁶.

A distribuição dos resultados numéricos (*scores*) de indicadores de densidade, no interior e através dos três blocos estruturalmente equivalentes, aponta para algumas notáveis similaridades entre os casos de Glasgow e Bristol (Tabelas 2 e 3). Como sugere um teste não-paramétrico¹⁷, nas duas cidades podemos identificar blocos (Glasgow 3 e Bristol 3) cujos ocupantes relacionam-se entre si muito mais frequentemente do que o observado através da rede como um todo, e também se envolvem com relativa frequência com atores de outros blocos (Figura 1). As organizações do bloco 3 são não apenas estruturalmente equivalentes, seguindo conexões similares com terceiros, mas também densamente conectadas entre si. Em geral, as organizações do bloco 3 têm também maior probabilidade de identificar como aliadas organizações de outros blocos do que de serem identificadas como aliadas por essas organizações.

Tabela 2 – Densidades na rede de alianças interorganizacionais

Blocos	Glasgow			Bristol		
	Glasgow 1	Glasgow 2	Glasgow 3	Bristol 1	Bristol 2	Bristol 3
1	0.034	0.023	0.018	0.021	0.011	0.024
2	0.005	0.002	0.004	0.006	0.003	0.013
3	0.024	0.022	0.071	0.026	0.012	0.083
N	45	38	41	50	59	25

gráficos compostos por diferentes componentes (SCOTT, 1991, p. 140), o que não é o caso aqui.

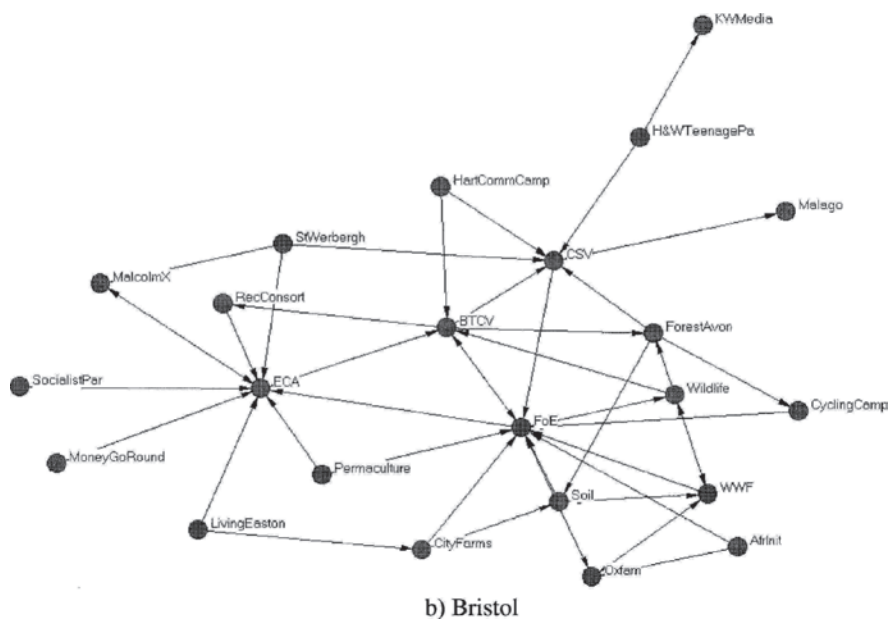
¹⁶ Para uma definição mais formal de equivalência estrutural, ver Wassermann e Faust (1994, p. 356-361).

¹⁷ Usamos um teste de autocorrelação para variáveis categóricas com vistas a levar em consideração a falta de independência entre casos. O procedimento nos permitiu testar se as organizações tinham mais probabilidade de identificar como aliados, ou ter mais vínculos de identidade, com organizações ocupando a mesma posição estrutural – isto é, localizadas no mesmo bloco – do que com outros grupos. Em particular, usamos o procedimento indicado como “Network autocorrelation with categorical variables” em *Ucinet 6* (BORGATTI, EVERETT e FREEMAN, 2002).

Tabela 3 – Estimativas não-paramétricas da densidade de vínculos de aliança em blocos estruturalmente equivalentes em Glasgow e em Bristol

Glasgow			Bristol		
Adequação do modelo	Coefficiente de determinação [R-square]	Sig.		Coefficiente de determinação [R-square]	Sig.
	0.015	0.000		0.013	0.000
Vínculos no interior do Bloco 1	0.039	0.004	Vínculos no interior do Bloco 1	0.023	0.027
Vínculos no interior do Bloco 2	-0.027	0.007	Vínculos no interior do Bloco 2	-0.032	0.000
Vínculos no interior do Bloco 3	0.112	0.000	Vínculos no interior do Bloco 3	0.105	0.000

Ao mesmo tempo, podemos também identificar agrupamentos (*clusters*) de organizações (Glasgow 2 e Bristol 2; ver Figura 2) cuja equivalência estrutural depende predominantemente de receber conexões providas de organizações situadas em outras posições estruturais. Como se pode ver na Tabela 3, a ocupação de uma posição neste bloco está significativa e negativamente correlacionada com a chance de ter conexões com outras organizações na mesma posição. A densidade do bloco 2 é extremamente baixa em ambas as cidades; na média, seus ocupantes se engajam com apenas 0,17 grupos no mesmo bloco em Glasgow e 0,22 em Bristol. Laços com organizações em outros blocos são também raros em Glasgow e apenas marginalmente mais frequentes em Bristol (Tabela 2). O estilo predominante de estabelecimento de redes nesses blocos encara as organizações como sendo parceiras importantes para outros membros da rede (particularmente em Glasgow, mas também em Bristol), mas não especialmente comprometidas com a rede como um todo (nem interna, nem externamente) quando se trata de identificar padrões de aliança. Isso não significa que, em termos absolutos, essas organizações estejam fracamente envolvidas em redes; elas simplesmente trabalham com outros atores (como igrejas, instituições, escolas, ou



b) Bristol

Figura 2 – Alianças interorganizacionais no bloco 2, nas redes cívicas de Glasgow e Bristol

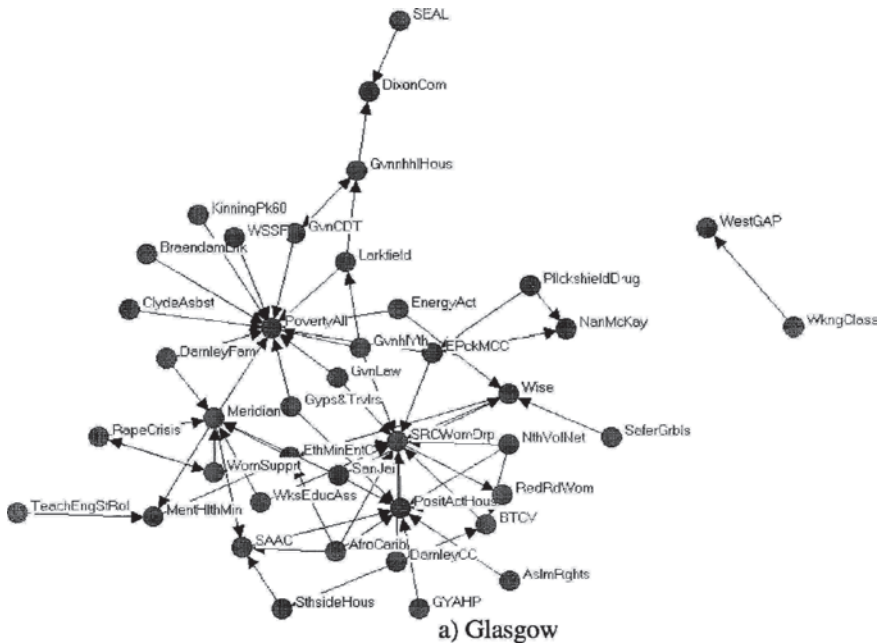


a) Glasgow



b) Bristol

Figura 3 – Alianças interorganizacionais no bloco 1, nas redes cívicas de Glasgow e Bristol



a) Glasgow



Os traços principais das redes de alianças interorganizacionais e as características associadas de ação coletiva nas duas cidades podem ser resumidos como segue:

- uma distribuição fortemente desequilibrada dos vínculos no interior do setor cívico;
- um conjunto de organizações (as do bloco 3) com uma forte tendência a estabelecer aliados com organizações na mesma posição estrutural;
- um outro conjunto de organizações (as do bloco 1) envolvidas em uma rede relativamente densa de vínculos entre si, mas inclinada a disseminar suas conexões através do setor cívico ao invés de concentrar alianças entre si;
- um terceiro conjunto de organizações (as ocupantes do bloco 2) agindo por conta própria ou sendo vistas por outras como parceiros importantes, mas sem que haja reciprocidade nessa percepção. Apesar de o processo ser mais pronunciado em Glasgow do que em Bristol, a densidade do bloco é muito baixa em ambas as cidades, comparativamente aos outros blocos.

Se os processos de movimento social são definidos por densas redes entre uma pluralidade de atores engajados em conflito social com base em uma identidade coletiva compartilhada, a primeira condição, nesse caso, está definitivamente mais presente nos blocos 1 e 3 do que no bloco 2. Para avaliar a presença de outras dimensões analíticas, no entanto, precisamos incluir outras variáveis na equação.

Afiliação compartilhada, participação em eventos públicos e identidade coletiva

As organizações envolvidas em alianças sentem que existem ligações com suas parceiras que vão além de iniciativas ou campanhas específicas, implicando também em algum tipo de comprometimento mais amplo e de longo prazo? Em outras palavras, compartilham elas uma identidade coletiva? Embora seja muito difícil medir a identidade como tal, podemos nos valer de vários indicadores para verificar a presença da dinâmica de identidade no interior de uma rede social. Focalizamos aqui dois deles, relativos à afiliação compartilhada de membros importantes em duas organizações e à participação conjunta passada em uma série de eventos públicos – frequentemente de protesto – nas duas cidades. Em primeiro lugar, podemos verificar a extensão dos mecanismos de identidade nas redes de organizações por meio da observação de suas conexões com base em ativistas de destaque por elas compartilhados. Embora no caso das organizações empresariais o compartilhamento de pessoal possa refletir simplesmente mecanismos de controle (MIZRUCHI e SCHWARTZ, 1987), a situação é diferente no que diz respeito às organizações em ampla medida baseadas em incentivos de solidariedade. Nestas, os múltiplos envolvimento fornecem um indicador, não importa o quão rudimentar, de que ativistas destacados consideram duas organizações como compatíveis e próximas a ponto de compartilhar entre elas seu comprometimento individual¹⁸.

Em segundo lugar, a extensão com que duas organizações participaram de relevantes eventos públicos em suas cidades, no passado recente, nos diz o quanto suas alianças atuais podem ser vistas como o estágio mais recente do que, em última instância, constitui uma série de colaborações sustentadas ao longo do tempo. Por essa razão, é plausível supor que as dinâmicas de identidade – em especial, aquele elemento relacionado à continuidade da identificação ao longo do tempo – são mais fortes quanto mais fortes os vínculos baseados em participações conjuntas nos mesmos eventos no passado. Para mensurar esses vínculos, geramos duas matrizes ator-por-evento, registrando se as organizações tinham tomado parte, nos últimos anos, em quaisquer dos 26 eventos em Glasgow e dos 17 eventos em Bristol. Estes

¹⁸ Considerando-se que a presença conjunta de membros destacados foi registrada apenas entre organizações que se identificavam mutuamente como os mais importantes aliados, a densidade das redes resultantes é, sem surpresa, muito baixa: 0,005, em Glasgow, e 0,010, em Bristol.

variaram de atividades militantes a atividades institucionais, incluindo tanto campanhas de ação popular como festivais e convenções patrocinados pela administração local; e cobriram cada uma das áreas temáticas de interesse para nosso projeto, do ambientalismo às minorias étnicas e a exclusão social. Em ambas as cidades, um vínculo entre duas organizações foi registrado se elas tivessem participado em pelo menos três dos eventos listados¹⁹.

À luz desses critérios, verificamos em que medida a distribuição dos vínculos de identidade através dos três blocos (Tabela 4), definidos com referência aos laços de aliança, teve correspondência com a distribuição destes últimos. Aplicamos às ligações de identidade o mesmo método usado para as alianças, o qual consistiu na combinação dos laços baseados em afiliação compartilhada dos membros com os laços baseados na participação conjunta em eventos públicos importantes no passado recente, nas duas cidades (Tabela 5)²⁰. Em virtude da dificuldade em estabelecer como vínculos de identidade coletiva densa deveriam ser qualificados como “fortes”, decidimos considerar como forte a identidade em uma dada posição estrutural quando a densidade de vínculos de identidade nessa posição excedeu significativamente a distribuição média desses vínculos em determinada cidade.

Tabela 4 – Densidades nas redes de identidade (ativistas compartilhados ou participação conjunta em eventos passados)

Blocos	Glasgow			Bristol		
	Glasgow 1	Glasgow 2	Glasgow 3	Bristol 1	Bristol 2	Bristol 3
1	0.049	0.027	0.083	0.058	0.042	0.109
2	0.027	0.009	0.041	0.040	0.025	0.078
3	0.084	0.043	0.246	0.106	0.075	0.208
N	45	38	41	50	59	25

Tabela 5 – Estimativas não-paramétricas de densidade dos laços de identidade (com base em ativistas compartilhados ou participação conjunta em eventos passados) em blocos estruturalmente equivalentes em Glasgow e Bristol

¹⁹ Desta vez, a densidade das redes resultantes foi – mais uma vez, sem surpresa – mais elevada do que nas redes de aliança interorganizacional (0,065, em Glasgow, e 0,054, em Bristol).

²⁰ Executamos separadamente o mesmo procedimento para as redes consistentes de laços de afiliação compartilhada e participação conjunta em eventos passados, tendo obtido resultados similares.

Glasgow			Bristol		
Adequação do modelo	Coefficiente de determinação (R-square)	Sig.		Coefficiente de determinação (R-square)	Sig.
	0.062	0.000		0.017	0.000
	Coefficiente padronizado	Sig.		Coefficiente padronizado	Sig.
Vínculos no interior do Bloco 1	-0.003	0.505	Vínculos no interior do Bloco 1	-0.010	0.400
Vínculos no interior do Bloco 2	-0.049	0.036	Vínculos no interior do Bloco 2	-0.064	0.005
Vínculos no interior do Bloco 3	0.238	0.000	Vínculos no interior do Bloco 3	0.108	0.001

Os padrões de rede que surgem da análise são inteiramente consistentes para as duas cidades, e essencialmente consistentes com os encontrados para a rede de alianças. Tanto em Glasgow como em Bristol, similarmente ao que aconteceu no caso das alianças, as organizações situadas no bloco 2 têm probabilidade significativa de não manter vínculos de identidade entre si; caso tenham alguma conexão através do compartilhamento de membros ou de sua história de ativismo na cidade, é provável que tal conexão seja com grupos que ocupam uma posição diferente nos padrões de alianças. Do ponto de vista de nossa tipologia, a coincidência de baixo envolvimento tanto nas redes de aliança como nas de identidade sugere que o bloco 2 se caracteriza mais exatamente por aquilo que denominamos *processos organizacionais*. Em contraste, e novamente de forma análoga ao padrão que surgiu da rede de alianças, as organizações do bloco 3 mostram tendências positivas significativas no sentido de compartilhar vínculos com organizações da mesma posição. Segundo nossa lógica de análise, a combinação de densas redes de aliança e densas redes de identidade sugere ser elevada a possibilidade de processos de movimento estarem ocorrendo em ambas as cidades²¹. A única,

²¹ Um exame preliminar dos dados, com base em um modelo loglinear generalizado, confirmou os resultados sobre Glasgow, mas não encontrou evidência de uma forte sobreposição de vínculos de aliança e identidade no bloco 3 em Bristol. Embora estejamos seguros de que o procedimento aqui

mas importante, diferença com relação ao padrão identificado para a rede de alianças reside na distribuição de vínculos de identidade entre ocupantes do bloco 1. Tanto em Glasgow como em Bristol, a densidade altamente significativa dos vínculos no interior da posição satisfaz nosso primeiro critério para uma dinâmica de movimento social. Contudo, em ambas as cidades, as organizações do bloco 1 não parecem significativamente conectadas por vínculos de identidade (Tabela 5). A falta de correspondência entre densas redes de aliança e de identidade sugere que, nesse caso, estão ocorrendo mais propriamente *processos de coalizão* do que de movimento.

Redes de conflito

Temos também que levar em consideração que a estrutura de redes cívicas em Glasgow e Bristol reflete profundas diferenças quanto à extensão das orientações para o conflito, tanto entre organizações em cada cidade como na comparação entre cidades. Quando perguntadas sobre suas duas mais importantes iniciativas nos últimos anos, as organizações foram também convidadas a indicar se tais ações implicaram conflito com atores públicos ou privados. Os primeiros incluíam governo local e nacional assim como outros órgãos públicos, instituições nacionais e supranacionais etc.; os últimos incluíam grupos sociais específicos, quer definidos segundo linhas de classe, étnicas, de gênero, ou outras. Em ambas as cidades, cerca de um quarto das principais iniciativas dos respondentes tinha como alvo atores públicos específicos, e cerca de um oitavo visava atores privados. Contudo, a distribuição das respostas pelos blocos difere parcialmente nas duas cidades (Tabela 6). Tanto em Glasgow como em Bristol, as organizações do bloco 3 – as mais prováveis candidatas ao *status* de movimento social em virtude de sua densidade de rede – mostraram-se significativamente mais inclinadas a identificar oponentes públicos, do que as organizações dos blocos 1 e 2. Em Bristol, entretanto, as organizações do bloco 3 não se destacaram em termos de suas orientações conflituosas com relação a atores privados. Mas não apenas isso. No conjunto, a propensão a identificar oponentes específicos apresentou-se mais uniformemente distribuída em Bristol do que em Glasgow, onde uma profunda disparidade separava em especial as organizações do bloco 3 das demais.

adotado é o mais apropriado para esse tipo de dados, os resultados de Bristol devem ser interpretados com cuidado até que seja realizado um exame mais aprofundado dos dados.

Tabela 6 – Percentagem de grupos identificando autoridades públicas e/ou grupos sociais específicos como oponentes em suas principais iniciativas

	Glasgow				Bristol			
	1	2	3	Total	1	2	3	Total
Autoridades públicas	17.8%	5.3%	48.8%	24.2	24%	22%	44%	26.9%
Grupos sociais específicos	11.1%	5.3%	24.4%	13.7%	10%	15.3%	12%	12.7%
N	45	38	41	124	50	59	25	134

Padrões de ação coletiva: uma tipologia relacional

Os dados apresentados na seção anterior sugerem claramente que as redes de alianças interorganizacionais não revelam a história toda no que diz respeito a analisar processos de ação coletiva. Densidades similares em alianças podem corresponder a estruturas de rede muito diferentes se atentarmos para outros vínculos, tais como os baseados em eventos passados ou em afiliações compartilhadas. Tomando em conta essas diferenças, assim como o peso variável das orientações para o conflito nas atividades das organizações, podemos identificar, nas duas cidades, três dos seis processos que introduzimos anteriormente:

- *Processos de movimento social* são mais claramente exemplificados pelo bloco 3 em Glasgow e, em grande medida, em Bristol. Nesses casos, vínculos interorganizacionais coincidem mais frequentemente com conexões criadas por eventos passados ou por ativistas compartilhados. A dimensão relacional se estende para além das colaborações entre organizações, que em si mesmas podem também ser puramente instrumentais, de modo a sugerir vínculos e identidades compartilhadas que asseguram a continuidade da rede. Este padrão também combina com orientações para o conflito, particularmente em Glasgow, onde se identificam tanto oponentes sociais como políticos – em Bristol, a dinâmica de movimento parece assumir uma ênfase mais nitidamente política do que social.

- *Processos de coalizão por consenso*. No bloco 1 em Glasgow e no bloco 1 em Bristol, uma rede de alianças bastante densa encontra pouca correspondência em vínculos, o que aponta mais explicitamente para a presença de conexões de identidade. A disparidade entre os intercâmbios organizacionais e aquelas

conexões, mensurando a continuidade de comprometimento ao longo do tempo e o envolvimento pessoal dos ativistas, é de fato particularmente pronunciada. O estabelecimento de redes limita-se à colaboração em questões específicas. Nesse caso, parece estar operando dinâmicas de coalizão, mas pouco se pode encontrar na forma de processos relacionais de movimento social. As organizações desse bloco parecem também relutantes em reconhecer elementos de conflituosidade em sua ação.

- *Processos organizacionais de consenso*. Estes se encontram mais bem exemplificados pelo bloco 2 em Glasgow e Bristol, onde é fraco o estabelecimento de redes no interior do setor cívico e dentro da posição, e as organizações parecem possuir uma identidade amplamente não conflituosa. Os vínculos entre organizações são modestos, ainda que tenham sido registrados. A densidade é consistentemente baixa em comparação com os outros blocos, de modo a sugerir que o foco principal das organizações desse bloco são antes as atividades organizacionais por si próprias do que o desenvolvimento de vínculos com outros atores ocupantes de posições estruturais similares. Elas não estão envolvidas em conjuntos de alianças característicos, nem estão ligadas por conexões que impliquem algum grau de identidade coletiva com outros grupos. Em seu caso, a equivalência estrutural depende largamente de serem identificadas por outras organizações como parceiros relevantes em alianças; mas seu envolvimento global na rede é limitado. As organizações nessa posição são também marcadamente relutantes em reconhecer uma dimensão de conflituosidade em sua ação. A propensão para identificar alvos específicos é particularmente baixa, especialmente com relação a atores públicos. Para resumir, estão claramente ausentes neste caso as dimensões relacional e contenciosa do movimento social.

Conclusões

Embora amplamente inspirada pelas abordagens correntes predominantes, nossa caracterização dos movimentos sociais não pode ser reduzida a nenhuma delas. Por um lado, ela difere das visões dos movimentos que, não obstante reconhecerem a dimensão de rede, dão ênfase principalmente ao seu elemento interpessoal, de pequeno grupo (MELUCCI, 1996, p. 113-117). Um movimento social ocorre na medida em que vínculos de longo prazo e identidades compartilhadas se traduzem em redes sustentadas entre

atores independentes – mais frequentemente organizações, embora, em princípio, não se possa descartar o papel de ativistas individuais – na busca de determinados objetivos. Caso contrário, estamos diante de processos contraculturais ou subculturais que podem ser mais bem analisados por meio de seus conceitos específicos (YINGER, 1960, p. 625-635). Como sugerem estudos sobre, entre outros, o feminismo americano, a ação ambiental direta britânica, ou o ambientalismo italiano²², é preciso prestar atenção constante à interação entre redes interpessoais e interorganizacionais.

Ao mesmo tempo, ver os movimentos sociais como uma forma particular de organização de rede (GULATI e GARGIULO, 1999, p. 1439-1493; KENNIS e KNOKE, 2002, p. 275-293; DIANI, 2003a) atribui às redes um papel mais central do que parecem preparados para admitir os defensores da “agenda clássica dos movimentos sociais” (ou seja, os defensores das perspectivas do “processo político” e da “mobilização de recursos”). Para os que subscrevem a definição de movimento apresentada por Tilly, um movimento social é antes de tudo uma forma sustentada e específica de luta, de âmbito nacional – ou, pelo menos, não-local –, baseada em um repertório modular de ação coletiva (TILLY, 2003a, p. 248). Redes e organizações constituem ou precondição ou resultado de um movimento – ou ambos. Para a abordagem apresentada neste artigo, processos de rede – ou, melhor, um tipo específico de processos de rede – *são o movimento*. Na verdade, a ação do movimento tem a ver tanto com a constante redefinição de vínculos de identidade e solidariedade entre atores – isto é, com o desenho e redesenho das fronteiras da rede – quanto com os confrontos com os detentores de poder²³. O elemento de intencionalidade e de alcance de objetivos da ação coletiva, que se reflete em redes de coalizão, apoia-se em, e se entrelaça com, identificações e vínculos de mais longo prazo. Deixar de reconhecer o acoplamento entre redes de aliança e de identidade implica obscurecer as fronteiras entre processos de movimento social e processos de coalizão – ambos os quais podem manter “interações com detentores de poder”. Em contraste, nossa abordagem realça as diferenças substanciais subjacentes ao trabalho de coalizão, as quais, tomadas por seu valor de face, poderiam todas ser incluídas no mesmo tópico vago de “organização de redes de movimento”.

²² Ver, respectivamente, Whittier (1995); Doherty (2003) e Diani (1995).

²³ Um trabalho recente de Tilly trata dessa questão, mas – ao que nos consta – sem conexão sistemática com os processos de movimento social (TILLY, 2003b).

Se redes são movimentos, um desenvolvimento óbvio deste programa de pesquisa consiste em perguntar se, e em que medida, os processos aqui identificados se comparam àqueles traços característicos e orientações de atores, dos movimentos sociais, tradicionalmente focalizados pelos analistas. Em especial, até que ponto nossa tipologia difere das convencionais, contrastando os movimentos sociais aos grupos de interesse, que aparentemente são o equivalente de nossos “processos organizacionais”? Se o princípio de homofilia nos conduz a esperar alguma sobreposição entre posições estruturais e traços categóricos de atores (McPHERSON, SMITH-LOVIN e COOK, 2001, p. 415-444), uma sobreposição total tornaria puramente acadêmico – se não desprovido de valor confirmatório – todo o exercício aqui proposto. Para explorar essa questão, deveríamos perguntar se as organizações envolvidas em processos relacionais de movimento social também diferem significativamente quanto a repertórios de ação (consistentemente com as perspectivas que vêem o protesto como um traço distintivo dos movimentos sociais) (RUCHT, 1995, p. 103-125), formas organizacionais (com os movimentos sociais consistindo mais provavelmente em organizações populares mais frouxamente organizadas) (MELUCCI, 1996; KRIESI, 1996, p. 152-184), relações com as autoridades (com os movimentos sociais como um fenômeno anti-institucional) (MELUCCI, 1996), e opiniões (com os movimentos sociais como portadores de convicções críticas e orientações anti-institucionais) (DALTON, 1996; NORRIS, 2002). Até agora, as explorações preliminares de nossos dados confirmam algumas hipóteses amplamente aceitas, mas qualificam significativamente outras. Sugerem, particularmente, que a correlação entre propriedades organizacionais ou inclinação para o protesto e nossos três processos está longe de ser perfeita, na medida em que os processos de movimento não aparecem necessariamente como o domínio de organizações frouxamente estruturadas e com propensão ao protesto (DIANI, LINDSAY e PURDUE, 2003).

Explorar a correspondência entre características dos atores e propriedades estruturais nos permitiria tratar de uma outra questão levantada por nossos resultados de pesquisa, concernente à configuração do movimento social e de outros processos de ação coletiva em diferentes cenários políticos. Glasgow e Bristol são vistas usualmente como muito diferentes em termos de história política, do grau de radicalismo na política local, da forma das clivagens locais, assim como da composição de classes e padrões recentes de transformação urbana (PURDUE e DIANI, 2003). Não obstante, a configuração de

redes nas duas cidades apresenta notáveis similaridades. Poderia, então, ser interessante mapear as características substantivas dos atores que ocupam posições estruturais similares, com vistas a verificar se e como as culturas políticas locais e os ambientes políticos locais afetam a organização de redes de política participativa de base popular e de voluntariado.

Distinguir entre processos conflituosos e consensuais, e entre processos de movimento, de coalização e organizacionais, é particularmente importante em uma época em que o uso da expressão “movimento social” parece estar crescentemente limitado à identificação de episódios empíricos a partir dos quais se deveriam extrair processos e mecanismos específicos (McADAM, TARROW e TILLY, 2001). Ainda que seja muito recomendável a estratégia de procurar identificar mecanismos em uma ampla gama de exemplos de disputa política, há também boas razões para reconhecer nos movimentos sociais um processo social específico e para desenvolver, em torno desse reconhecimento, um programa de pesquisa distinto (DIANI, 2003a). Longe de restringir indevidamente o domínio da pesquisa sobre movimentos sociais, um foco sobre redes como forma de organização social e uma integração mais próxima entre o trabalho analítico sobre conceitos e a pesquisa empírica podem efetivamente expandir o potencial de diálogo entre diferentes comunidades no interior das ciências sociais. Ao mesmo tempo, isso pode proporcionar à pesquisa sobre movimento social um foco teórico claro, e não meramente empírico.

Agradecimentos

Este artigo originou-se de uma investigação sobre “Redes de organizações cívicas na Grã-Bretanha”, conduzida por Mario Diani juntamente com Isobel Lindsay (Universidade de Strathclyde, Glasgow) e Derrick Purdue (Universidade de West of England, Bristol), de 2000 a 2003. O projeto fez parte do *Democracy and Participation Program* [Programa Democracia e Participação], financiado pelo *Economic and Social Research Council* (contrato L215 25 2006), e dirigido por Paul Whiteley. Mario Diani é grato a Paul por seu apoio constante, a Juliana Mackenzie por sua assistência na coleta e registro de dados em Glasgow, e a Derrick Purdue e seus colaboradores na UWE por seu trabalho de coleta de dados em Bristol. Versões preliminares deste artigo foram apresentadas na conferência sobre “Contentious Politics and the Economic Opportunity Structure”, Universidade de Creta, Rheti-

mno, 17-29 de outubro de 2002, na conferência anual sobre “Democracy and Participation”, Universidade de Essex, 17-19 de janeiro de 2003, e no “Democracy and Participation Panel”, na *European Sociological Conference*, Múrcia 24 de setembro de 2003. Somos gratos a Delia Baldassari, Donatella della Porta, Fiona Devine, Brian Doherty, Ruud Koopmans, Maria Kousis, Debra Minkoff, Christopher Rootes, Charles Tilly e Alan Warde, por seus comentários e *insights*. Somos gratos aos membros de organizações cívicas em Glasgow e Bristol, por sua inestimável colaboração. Registre-se que a primeira e terceira seções deste artigo foram escritas por Mario Diani, e a segunda, por Ivano Bison.

Referências bibliográficas

- ANHEIER, Helmut. 2003. “Movement development and organization networks: the role of ‘single members’ in the German nazi party, 1925-1930”. In: DIANI, Mario & MCADAM, Doug (orgs.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: New York: Oxford University Press.
- BORGATTI, Steven; EVERETT, Martin & FREEMAN, Linton. 2002. *Ucinet 6 for windows: software for social network analysis*. Harvard: Analytic Technologies.
- BREIGER, Ronald L.; BOORMAN, Scott A. & ARABIE, Philip. 1975. “An algorithm for clustering relational data with application to social network analysis and comparison with multidimensional scaling”. *Journal of Mathematical Psychology*, Maryland Heights, n. 12, p. 328-383.
- CASTELLS, Manuel. 1997. *The power of identity: the information age: economy, society and culture*. Vol. II. Oxford: Blackwell.
- DALTON, Russell. 1996. *Citizen politics in western democracies*. Chathan, NJ: Chathan House.
- DIANI, Mario. 1992. “The concept of social movement”. *Sociological Review*, Keele, UK, n. 40.
- _____. 1995. *Green networks*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- _____. 2003a. “Networks and social movements: a research program”. In: DIANI, Mario & MCADAM, Doug (orgs.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. 2003b. “The concept of social movement”. In: DIANI, Mario &

- MCADAM, Doug (orgs.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. 2003c. "The terrestrial emporium of contentious knowledge". *Mobilization*, Notre Dame, EUA, n. 8, p. 109-112.
- _____; LINDSAY, Isobel & PURDUE, Derrick. 2003. "Networks of citizens organizations in Britain: report of main findings". Relatório de Pesquisa, Department of Government, University of Strathclyde in Glasgow, dez.
- DOHERTY, Brian. 2003. "Studying local activist communities over time: direct action in Manchester, Oxford and North Wales". Artigo apresentado à 6th *European Sociological Conference*, Múrcia, set.
- GAMSON, William. 1992. "The social psychology of collective action". In: MORRIS, Aldon & MUELLER, Carol McClurg (orgs.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press.
- GIUGNI, Marco & PASSY, Florence (orgs.). 2001. *Political altruism?* Lanham, MD: Rowman and Littlefield.
- GULATI, Ranjay & GARGIULO, Martin. 1999. "Where do inter-organizational networks come from?". *American Journal of Sociology*, Chicago, n. 104, p. 1439-1493.
- HEDSTRÖN, Peter; SANDELL, Rickard & STERN, Charlotta. 2000. "Mesolevel networks and the diffusion of social movements: the case of the Swedish Social Democratic Party". *American Journal of Sociology*, Chicago, n. 106, p. 145-172.
- HINCKLEY, Barbara. 1981. *Coalitions and politics*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- KALDOR, Mary. 2001. "A decade of humanitarian intervention: the role of global civil society". In: ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies & KALDOR, Mary (orgs.). *Global civil society*. Oxford: Oxford University Press.
- KENDALL, Jeremy & KNAPP, Martin. 1996. *The voluntary sector in the UK*. Manchester: Manchester University Press.
- KENIS, Patrick & KNOKE, David. 2002. "How organization field networks shape inter-organizational tie-formation rates". *Academy of Management Review*, New York, n. 27, p. 275-293.
- KNOLE, David & KUKLINSKI, James H. 1982. *Network analysis*. London/Newbury Park, CA: Sage.
- KRIESI, Hanspeter. 1996. "The organizational structure of new social movements in a political context". In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D. &

- ZALD, Mayer N. (orgs.). *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- LÉMIEUX, Vincent. 1997. "Réseaux et coalitions". *L'Année sociologique*, Liège/Paris, n. 47, p. 55-72.
- LOFLAND, John. 1989. "Consensus movements: city twinnings and derailed dissent in the American eighties". *Research in social movements, conflict and change*, n. 11.
- LUMLEY, Robert. 1990. *States of Insurgency*. Londres: Verso.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney & TILLY, Charles. 2001. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MCCARTHY, John & WOLFSON, Mark 1992. "Consensus movements, conflict movements, and the cooptation of civic and state infrastructures". In: MORRIS, Aldon & MUELLER, Carol McClurg (orgs.). *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press.
- MCPHERSON, Miller; SMITH-LOVIN, Lynn & COOK, James M. 2001. "Birds of a feather: homophily in social networks". *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 27, p. 415-444.
- MELUCCI, Alberto. 1989. *Nomads of the present*. London: Hutchinson Radius.
- _____. 1996. *Challenging codes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MIZRUCHI, Mark & SCHWARTZ, Michael (orgs.). 1987. *Intercorporate relations: the structural analysis of business*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- NORRIS, Pippa. 2002. *Democratic phoenix*. New York/Cambridge: Cambridge University Press.
- OSTI, Giorgio. 1998. *La natura, gli altri, la società: Il terzo settore per l'ambiente in Itàlia*. Milão: Angeli.
- PANEBIANCO, Ângelo. 1988. *Political parties*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PICKVANCE, Chris. 1995. "Social movements in the transition from state socialism: convergence and divergence". In: MAHEU, Louis (org.). *Social movements and social classes: new actors and new agendas*. Londres: Sage.
- PIZZORNO, Alessandro. 1996. "Decisioni o interazioni? La micro-descrizione del cambiamento sociale". *Rassegna Italiana di Sociologia*, Bologna, n. 37, p. 107-132.

- PURDUE, Derrick & DIANI, Mario. 2003. "Voice and leadership in civic networks in Bristol (and Glasgow)". *Paper* apresentado à "Voice, leadership and accountability conference", Centre for Local Democracy, University of the West of England, 8-10 de setembro.
- ROOTES, Christopher. 2000. "Environmental protest in Britain 1988-1997". In: SEEL, Bem; PATERSON, Matthew & DOHERTY, Brian (orgs.). *Direct action in British environmentalism*. Londres: Routledge.
- RUCHT, Dieter. 1995. "Parties, associations and movements as systems of political interest intermediation". In: THESING, Joseph & HOFMEISTER, Wilhelm (orgs.). *Political parties in democracy*. Sankt Augustin: Konrad-Adenauer-Stiftung.
- SCOTT, John. 1991. *Social network analysis: a handbook*. London/Newbury Park, CA: Sage.
- SCOTT, Richard. 1987. *Organizations*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- TILLY, Charles. 1994. "Social movements as historically specific clusters of political performances". *Berkeley Journal of Sociology*, Berkeley, n. 38, p. 1-30.
- _____. 2003a. "Agendas for students of social movements". In: GOLDSTONE, Jack (org.). *States, parties, and social movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 2003b. "Social boundary mechanisms". Artigo não-publicado: Columbia University.
- TOURAINE, Alain. 1981. *The voice and the eye: an analysis of social movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WARREN, Mark. 2001. "Power and conflict in social capital: community organizing and urban policy". In: EDWARDS, Bob; FOLEY, Michael & DIANI, Maria (orgs.). *Beyond Tocqueville*. Hanover: University Press of New England.
- WASSERMANN, Stan & FAUST, Katherine. 1994. *Social network analysis*. New York: Cambridge University Press.
- WHITTIER, Nancy. 1995. *Feminist generations: the persistence of the radical women's movement*. Philadelphia: Temple University Press.
- YINGER, Milton J. 1960. "Contraculture and subculture". *American Sociological Review*, Washington, n. 25, p. 625-635.

Resumo

Este artigo se utiliza de evidências empíricas sobre redes de organizações voluntárias que se mobilizam em torno de questões relacionadas a minorias étnicas, ao meio ambiente e à exclusão social em duas cidades britânicas, com vistas a distinguir entre processos de movimento social e outras dinâmicas cognatas de ação coletiva. Os processos de movimento social são identificados como a construção e reprodução de densas redes informais entre uma multiplicidade de atores que compartilham uma identidade coletiva e estão engajados em um conflito social e/ou político. Tais processos são contrastados com os processos de coalizão, nos quais as alianças com vistas a alcançar objetivos específicos não se apóiam em vínculos de identidade significativos, e com os processos organizacionais, nos quais a ação coletiva, na maioria das vezes, ocorre antes em referência a organizações específicas do que a redes mais amplas e menos definidas.

Palavras-chave: movimentos sociais; formas de ação coletiva; coalizões políticas; organizações políticas; análise de redes; identidade coletiva.

Abstract

This article uses empirical evidence on networks of voluntary organizations mobilizing on ethnic minority, environmental and social exclusion issues in two British cities, in order to differentiate between social movement processes and other, cognate collective action dynamics. Social movement processes are identified as the building and reproduction of dense informal networks between a multiplicity of actors sharing a collective identity and engaged in social and/or political conflict. They are contrasted to coalitional processes, where alliances to achieve specific goals are not backed by significant identity links, and organizational processes, where collective action takes place mostly in reference to specific organizations rather than broader, looser networks.

Key words: social movements; forms of collective action; political coalitions; political organizations; network analysis; collective identity